

# Maria Santos: “É perverso ter iniciativas com fins lucrativos a capitalizar e a moldar a transição energética”

/ [shifter.pt/2024/06/maria-santos-e-perverso-ter-iniciativas-com-fins-lucrativos-a-capitalizar-e-a-moldar-a-transicao-energetica](https://shifter.pt/2024/06/maria-santos-e-perverso-ter-iniciativas-com-fins-lucrativos-a-capitalizar-e-a-moldar-a-transicao-energetica)

Jairo Marcos e Ana Muñoz Padrós

26 de junho de 2024



Maria chega exactamente na hora prevista, e senta-se à janela num café não muito longe das instituições europeias. Está frio em Bruxelas, por isso pede uma bebida quente. Esta engenheira do ambiente de Sintra trabalha no coração da Europa desde 2023, defendendo a democratização dos sistemas energéticos com a *Friends of The Earth*, uma organização não governamental que promove a sensibilização para questões ambientais. Mas já antes disso, Santos já sabia o que era preciso para criar laços entre as energias renováveis e as pessoas. Em Portugal, trabalhou em política e investigação sobre o hidrogénio verde, oceanos e pescas com a associação Zero, uma associação para a sustentabilidade do sistema terrestre, e também na Universidade Nova de Lisboa. Desde então, tem a consciência de que, para que a transição energética avance, a apropriação da energia pela comunidade é uma prioridade.

**Shifter (S.): Qual é a visão geral das comunidades energéticas europeias? Por exemplo, podemos falar de uma Europa a diferentes velocidades?**

Há muitas assimetrias no movimento. Primeiro temos os países do Norte: a Bélgica está muito à frente, assim como a França. Depois temos países do sul, como Espanha, que estão a fazer um trabalho muito bom, e a Grécia que está a desenvolver diversas iniciativas e a gerar interesse pelo tema. Portugal... eu diria que tem um enorme potencial, mas não está a ser explorado; ou não está a ser completamente explorado. O grande *gap* neste momento são os países da Europa Central e de Leste, onde não há muitas iniciativas e há muitas barreiras burocráticas para aqueles que tentam. Para além disso, em termos culturais, a organização e os princípios cooperativos ainda não são bem aceites devido à era pós-socialista em que vivem, porque invocam um pouco a ideia do comunismo e ainda há muita resistência em relação a isso.

**S.: O que está a acontecer com a transposição da legislação da UE?**

O observatório [REScoop.eu](https://rescoop.eu) monitoriza a forma como a transposição foi efectuada do ponto de vista jurídico. Não podemos dizer que existe uma transposição perfeita, mas é claro que existem algumas boas práticas como nos Países Baixos e na Bélgica com Bruxelas. Noutros países, a transposição foi feita, mas não corretamente: em muitos casos, os governos nacionais têm de adaptar a transposição ao seu contexto. E também temos muitos países onde a transposição não foi efectuada, apesar de o prazo de transposição ter sido fixado para junho de 2021.

**S.: Já mencionou Portugal, quais são as particularidades portuguesas?**

Portugal é um dos casos que fez uma transposição *copy paste* da definição, com um resultado muito concreto: continua a haver muita confusão entre comunidades de energia e o regime de autoconsumo coletivo. Nesta confusão, as comunidades de energia ainda estão aquém do potencial que poderiam ter neste momento: temos muito potencial solar, temos muitos telhados, poderíamos ser mais activos na eliminação das barreiras e dos obstáculos para que as pessoas se envolvam nestas iniciativas. Mas, ao mesmo tempo, há muitas empresas a prestar atenção às comunidades de energia como forma de ganhar dinheiro. Estas empresas têm um objetivo comercial, vêm e colonizam os telhados e os espaços das pessoas para seu próprio benefício. É apenas mais uma forma de uma grande empresa de energia, como a EDP, através da sua subsidiária, ganhar ainda mais dinheiro com a descentralização do sistema energético. Quando temos grandes empresas, empresas com fins lucrativos, a desenvolver projectos de autoconsumo, isso não ajuda realmente a resolver estas questões estruturais, no sentido em que a forma como tentam resolver a pobreza energética é muito baseada numa perspetiva assistencialista, pelo que não abordam realmente o aspecto comportamental da questão. E este é outro aspecto importante das comunidades de energia: capacitar as pessoas e não apenas conseguir preços mais baixos. Os benefícios sociais são totalmente ignorados quando se trata de empresas.

**S.: O que é que implica a ingerência de grandes empresas, empresas tradicionais de energia como a EDP em Portugal?**

As comunidades energéticas foram introduzidas na legislação da UE porque se trata de

algo específico para as pessoas, para que as pessoas sejam consideradas mais um agente no sistema energético, para que também possam usufruir dos benefícios da transição energética. Poderíamos repensar a forma como o sistema energético é governado e pensar em modelos de governação alternativos que não sejam apenas lucrativos, mas que tragam efetivamente benefícios ao nível local, às comunidades locais, às pessoas envolvidas e que acelerem efetivamente a transição energética. Este é mais ou menos o espírito do conceito de energia comunitária e é claro a nível da UE. Quando se juntam grandes empresas, ou pequenas e médias empresas subsidiárias de grandes empresas, está-se a pôr em risco o potencial, o objetivo para o qual foi criado. E também não se resolvem algumas questões estruturais, por exemplo o aspecto da pobreza energética. A pobreza energética, especialmente no meu país de origem e em muitos países do Sul da Europa, é um problema estrutural.

**S.: O que é que quer dizer com pôr em risco o modelo?**

Entendemos a energia como um direito humano, por isso, de certa forma, é perverso ter iniciativas com fins lucrativos a capitalizar e a moldar a transição energética. Se não houver participação das pessoas, o que está consagrado na directiva da UE, as comunidades energéticas não agirão necessariamente em benefício de toda a sociedade. Nesse sentido, as empresas estão a cooptar o potencial. O risco no futuro é que continuemos a estar expostos às mesmas práticas desonestas.

**S.: A intervenção das grandes empresas acontece por vezes com o apoio de fundos europeus, com dinheiros públicos. Porque é que isso acontece? Não há controlos suficientes, ninguém verifica?**

Dois pontos sobre isso. O primeiro é que quando a transposição é flexível, abre janelas de oportunidade para a adesão de outros actores. Quando se tem elementos definidos muito concretos do que é uma comunidade energética, é possível controlar ou direccionar os recursos e, especialmente, os fundos para verdadeiras iniciativas de cidadãos e pessoas. O segundo aspecto é a falta de supervisão sobre a forma como isto é feito: não temos realmente supervisão sobre a forma como a legislação foi transposta e se as iniciativas no terreno estão a cumpri-la ativamente, não temos controlo sobre isso. Deveria haver um organismo regulador que assumisse a responsabilidade de verificar, mas não temos. A publicidade falsa em Portugal é um exemplo: dizem que vendem comunidades de energia, o que não é ilegal, mas no fundo o que estão a fazer é criar esquemas de auto-consumo coletivo. Mais uma vez, ninguém controla isto.

**S.: Acha mesmo que as comunidades de energia estão aqui para mudar o sistema ou estamos apenas na frente de outro remendo?**

As comunidades de energia já mudaram radicalmente a forma como pensamos a governação do sistema energético. Existem há muito, muito tempo e, neste momento, não é por mera coincidência que também estão a receber muita atenção das iniciativas com fins lucrativos. De certa forma, as comunidades de energia são, neste momento, o único modelo de governação alternativo radical e concreto para o sistema energético. Mas sei que há muita luta pela frente, porque estamos apenas a começar e, ao mesmo tempo, estamos também numa batalha do tipo David contra Golias, porque estamos a


competir com as grandes empresas de energia. Mas uma característica do movimento de energia comunitária é a solidariedade, e é assim que se cria um movimento coeso e forte. Acredito que no futuro vamos ter muito mais iniciativas em toda a Europa. As comunidades de energia são iniciativas muito interessantes para nos ajudar a conciliar os limites do planeta e das sociedades. É para as pessoas, pelas pessoas e para o planeta. O seu papel é muito mais importante do que o das grandes empresas tradicionais de eletricidade movidas a combustíveis fósseis.

Esta entrevista acompanha esta reportagem e é parte de uma investigação desenvolvida com o apoio do [JournalismFund Europe](#).



#### [Jairo Marcos](#)

Repórter e fotojornalista freelance radicado na Espanha, Jairo Marcos sofre de curiosidade crônica. De vez em quando conta histórias com palavras e imagens. É coautor de vários livros e faz perguntas freelance (mas não gratuitas) para diferentes meios de comunicação. Gosta dos caminhos secundários, por vezes com prémio.

[Ver todos os artigos](#) 



#### [Ana Muñoz Padrós](#)

Ana Muñoz Padrós é uma jornalista independente espanhola que vive em Bruxelas, na Bélgica. É especializada em jornalismo de investigação e de longa duração em vários domínios, incluindo os direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTI, a saúde e a energia.

[Ver todos os artigos](#)